

Contar ou invisibilizar?



Por **CARLOS VIÁFARA LÓPEZ & YONÁ DOS SANTOS***

O genocídio estatístico da população negra na Colômbia e os avanços no Brasil

Nos últimos anos, tanto no Brasil quanto na Colômbia, os censos populacionais mostraram movimentos curiosos: enquanto a população negra aumentou significativamente nos registros brasileiros, ela encolheu na Colômbia.

Esses números, à primeira vista, podem parecer neutros ou apenas fruto de dinâmicas demográficas. Mas, na verdade, eles refletem decisões políticas, disputas simbólicas e o peso da história colonial em nossos países.

Afinal, contar – ou não contar – é um ato político.

Por que os censos importam?

Os censos são os principais instrumentos usados pelos governos para conhecer suas populações: quem somos, onde moramos, como vivemos. A partir deles, políticas públicas são desenhadas. Escolas, postos de saúde e programas sociais dependem desses dados.

Mas nem sempre os censos foram justos. Durante séculos, populações negras e indígenas foram ignoradas, mal classificadas ou fundidas em categorias genéricas, como “mestiço” ou “outros”. Isso esconde desigualdades históricas e torna invisíveis as necessidades específicas desses grupos.

Brasil: da democracia racial ao orgulho negro

No Brasil, o mito da democracia racial – a ideia de que vivemos em harmonia entre diferentes raças – encobriu por muito tempo o racismo estrutural. A miscigenação era tratada como solução mágica para o problema racial.

Nos censos, isso se traduziu em categorias ambíguas e mudanças frequentes: ora se perguntava sobre cor, ora se omitia. A categoria “parda”, por exemplo, já foi excluída e depois reincluída, afetando diretamente a visibilidade da população negra.

Nos últimos anos, no entanto, houve um crescimento expressivo no número de pessoas que se identificam como pretas ou pardas. Isso está relacionado ao fortalecimento dos movimentos negros, à valorização da identidade afrodescendente e à

implementação de políticas como as cotas raciais nas universidades. Em 2022, pela primeira vez, a população parda foi a maior do país, seguida pelos brancos e pretos.

Colômbia - o silêncio dos números

Na Colômbia, o caminho foi diferente. Embora a Constituição de 1991 tenha reconhecido o país como multicultural, os censos ainda falham em representar adequadamente a população afrocolombiana. Em 2005, o autorreconhecimento levou 10,6% das pessoas a se identificarem como negras, afrodescendentes, raizales ou palenqueras. Mas em 2018, esse número caiu para 6,1%.

Essa queda de mais de 4 pontos percentuais não foi natural. A omissão censitária - ou seja, pessoas que não foram recenseadas - foi maior justamente em regiões de maioria negra. Além disso, mudanças sutis nas perguntas e a falta de treinamento adequado dos recenseadores afetaram a qualidade dos dados. Representantes de comunidades negras classificaram esse apagamento como um "genocídio estatístico".

O que está em jogo?

Não se trata apenas de estatísticas. Se os dados invisibilizam a população negra, políticas públicas deixam de ser feitas. Escolas, centros de saúde, programas de moradia e de combate ao racismo não chegam a quem mais precisa. Sem dados, não há orçamento. Sem reconhecimento, não há reparação.

Além disso, os censos ajudam a moldar identidades. A forma como uma pessoa é classificada - ou se autodeclara - depende do contexto histórico, do orgulho ou do estigma associado a essa identidade.

No Brasil, a valorização recente da negritude incentivou o aumento da autodeclaração como preto ou pardo. Na Colômbia, o foco nas comunidades étnicas rurais deixou de fora os negros urbanos, que muitas vezes não se reconhecem nas categorias oficiais.

Aprendizados possíveis

A comparação entre os dois países mostra que é possível aprender com os acertos e erros de cada um. O Brasil, apesar de suas contradições, avançou no debate público sobre raça e na separação clara entre cor/raça e etnia. A Colômbia, por sua vez, trouxe contribuições importantes ao reconhecer coletividades étnicas e ao dar visibilidade a povos específicos como os raizales e palenqueros.

Mas ambos ainda precisam melhorar: os censos devem ouvir mais os movimentos sociais, incorporar categorias construídas a partir das vivências das pessoas e garantir formação adequada para quem está nas ruas coletando os dados.

a terra é redonda

Contar bem é reconhecer direitos

À medida que se intensificam os processos de exclusão e desigualdade estrutural em nível global, contar é também reconhecer. Invisibilizar populações negras, seja por omissão ou por categorias mal elaboradas, é uma forma de manter estruturas racistas.

O desafio está em transformar os censos em instrumentos de justiça, que ajudem a romper com séculos de exclusão e a construir sociedades mais igualitárias.

Nota: Este texto é uma versão adaptada, para fins de divulgação científica, do artigo publicado originalmente na *Revista Cadernos PROLAM/USP - Brazilian Journal of Latin American Studies*, sob o título “*Ascensos e Descensos na População Afrodescendente na América Latina: As Experiências da Colômbia e Brasil nos Censos de 2018 e 2022*”, de Carlos Augusto Viáfara López e Yoná dos Santos. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2024.227696>

***Carlos Viáfara López** é professor titular do Departamento de Economia da Universidad del Valle, em Cali.

***Yoná dos Santos** é doutoranda no Programa de Integração da América Latina (PROLAM-USP).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA